

FACULDADE LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ITALLA ISABELLE DEDES DA SILVA

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS PROGRAMAS E PROJETOS
DIRECIONADOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO CENTRO DE
REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS FRANCISCA DO SOCORRO
EM MILAGRES- CEARÁ**

JUAZEIRO DO NORTE/CE

2012

ITALLA ISABELLE DEDES DA SILVA

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS PROGRAMAS E PROJETOS
DIRECIONADOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO CENTRO DE
REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS FRANCISCA DO SOCORRO
EM MILAGRES- CEARÁ**

Monografia apresentada a Faculdade Leão Sampaio como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Professora Msc. Suamy Rafaely Soares.

JUAZEIRO DO NORTE/CE

2012

ITALLA ISABELLE DEDES DA SILVA

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS PROGRAMAS E PROJETOS
DIRECIONADOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO CENTRO DE
REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS FRANCISCA DO SOCORRO
EM MILAGRES- CEARÁ**

Monografia apresentada a Faculdade Leão Sampaio como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Professora Msc. Suamy Rafaely Soares.

APROVADA EM: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Msc. Suamy Rafaely Soares

Orientadora

Prof. Esp. Kátia Regina de Assis Nassif Jaber

Examinador 1

Assistente Social Esp. Joanacele Gorgonho Ribeiro Nóbrega

Examinador 2

"os sonhos não envelhecem... vai em frente. Sorriso no rosto e firmeza nas decisões. Deus resolveu reformar o mundo, e escolheu o seu coração para iniciar a reforma. Isso prova que Ele ainda acredita em você. E se Ele ainda acredita, quem é você para duvidar!..."

Padre Fábio de Melo

Dedico este trabalho a minha querida mãe Izabel, mulher guerreira, batalhadora. Que sempre com fé e perseverança venceu todos os obstáculos que a vida lhe colocou. Mainha essa vitória é toda sua. Eu te amo imensamente.

A Joylson, meu amor por todos os momentos de paciência e dedicação, você me ajudou a chegar até aqui, te amo demais.

A minha tia Nena, segunda mãe, obrigada por tudo.

Aos meus queridos avós Alice e José, por mostrar-me o quanto é importante a dedicação e o amor em tudo a qual nos colocamos a realizar na vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente pelo dom da vida e por me dar uma família tão atenciosa e amorosa.

A minha mãe Izabel, por todas as horas... Por todos os obstáculos vencidos, por sempre estar ao meu lado. Simplesmente agradeço a Deus por ter me dado você.

A meu amor Joylson por todos os momentos de felicidade e tristeza ao meu lado, por toda compreensão e amor.

A minha tia-mãe Nena por tudo aquilo que já passamos juntas. Agradeço a Deus por você.

A vô e vó, simplesmente por tudo. Vocês são à base de minha existência.

As minhas queridas Cintia, Bárbara, Juliana e Letícia.

À minha querida amiga Jéssika, por todos esses felizes quatro anos de amizade sincera.

A minha orientadora Suamy Soares, por toda dedicação e atenção em meio ao meu processo de TCC.

A professora Kátia Nassif por disponibiliza – se a fazer parte de minha banca.

A Joanacele, a qual sempre compartilhou comigo os seus conhecimentos.

A todos que de forma direta e indiretamente contribuíram para meu processo de formação.

RESUMO

O presente estudo monográfico foi desenvolvido com o objetivo de analisar a materialização da atuação do Assistente Social em meio aos projetos e programas com o direcionamento à criança e o adolescente dentro do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Francisca do Socorro, Milagres-CE, assim esta pesquisa foi realizada através de uma entrevista com a Assistente Social da instituição. O objetivo desse estudo conhecer como é o procedimento do Serviço Social dentro desse espaço, quais limitações enfrentadas e quais limites são impostos. Para a realização da pesquisa monográfica se realiza pesquisa bibliográfica, entrevista estruturada (perguntas abertas). Cabe deixar em ascensão que o estudo será realizado a partir das informações fornecidas pela Assistente Social, que frisa as condições de trabalho da mesma no que diz respeito às crianças e adolescentes que participam dos programas e projetos no CRAS. O presente trabalho vem resgatar as modificações das políticas direcionadas a criança e ao adolescente tendo em vista todo o relato histórico acerca dessas modificações até a maior conquista das crianças e adolescentes do nosso país – ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente- e também sobre a atuação do profissional de Serviço Social com os mesmos dentro do CRAS Francisca do Socorro.

Palavras – Chaves: Atuação profissional; Centro de Referência da Assistência Social – CRAS; Criança e adolescente.

ABSTRACT

This monographic study was developed with the aim of analyzing the realization of the performance of Social Work among the projects and programs targeting the children and adolescents within the Reference Center for Social Services - CRAS Francisca do Socorro, Milagres-CE, as well this research was conducted by interviewing a social worker co institution. The aim of this study is the procedure known as Social Services within this space, what limitations faced and what limits are imposed. For the research monograph takes place literature, structured interviews (open questions). It is on the rise leaving the study will be conducted based on information provided by the Social Worker, which emphasizes working conditions of the same with regard to children and adolescents who participate in programs and projects in the CRAS. This work comes to rescue the modification of policies directed at children and adolescents with a view all historical account about these changes to the greatest achievement of children and adolescents in our country - ACE - the Child and Adolescent-and also about the the professional practice of social work with them within the CRAS Francisca del Socorro.

Key - Words: Professional performance, the Reference Center for Social Services - CRAS; Child and adolescent.

LISTA DE SIGLAS

CAP'S	Caixas de Aposentadoria e Pensões
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundações Estaduais do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNBEM	Política Nacional do Bem Estar do Menor
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SUAS	Sistema Único da Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - CRIANÇA E ADOLESCENTE E POLÍTICAS SOCIAIS	12
1.1 História da Criança e do Adolescente.....	12
1.2 Políticas de Cuidado a Infância e Adolescência.....	17
CAPÍTULO II - SERVIÇO SOCIAL E ATUAÇÃO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL	22
2.1 Serviço Social e a Teoria e Prática.....	22
2.2 Serviço Social, a Assistência e a Proteção da Criança e Adolescente no CRAS.....	24
2.3 Instrumentais.....	32
CAPÍTULO III: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	35
3.1 Metodologia: Caminhos Percorridos.....	35
3.2 Atuação do Serviço Social em Programas e Projetos para a Criança e o Adolescente no CRAS Francisca do Socorro.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE	45

INTRODUÇÃO

Em uma conjuntura marcada pelo retrocesso dos direitos sociais, visto a influência da ideologia neoliberal nas regulações do Estado, pode-se destacar o embate desse contexto nas Políticas sociais e especialmente, nas de Assistência Social. Esses entraves atingem diretamente a atuação do assistente social, visto que o âmbito estatal como maior empregador da categoria profissional.

Assim, a atuação profissional no espaço do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), unidade pública destinada à proteção social básica, é marcada por tais rebatimentos.

Adentrando na discussão da proteção social básica oferecida à criança e ao adolescente no CRAS, vale ponderar sobre os impactos do contexto contemporâneo, na forma e como os programas e projetos viabilizados no CRAS, não constituem uma efetivação dos direitos que as assistem de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

É visível a falta de investimento nesse programas e projetos, como também um melhor desempenho das atividades propostas pelos profissionais. Pela falta de uma formação adequada que não permita uma apreensão crítica da realidade social e/ou a condição de trabalho a que estes são submetidos.

Os programas governamentais em seu contexto ainda são focados no assistencialismo, pois, não trabalham os direitos e sim os interesses próprios nas três esferas de poder: Federal-Estatal-Municipal. Assim os programas sociais são os carros-chefes de várias lideranças políticas.

O presente trabalho tem em seu contexto a análise acerca da atuação do Assistente Social, com as crianças e os adolescentes que participam dos programas e projetos que são desenvolvidos no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Francisca do Socorro em Milagres/CE, sendo este resultado da experiência vivenciada no período de estágio I e II na graduação do Curso de Serviço Social.

Assim, o CRAS Francisca do Socorro tem por base os programas governamentais e estes, na maioria das vezes, realizam-se de forma fragmentada. Sendo que estes, não dão o suporte necessário para que haja a abrangência de toda a população que procura o CRAS.

O presente trabalho é estruturado em três capítulos. No primeiro é enfatizada a história da criança e do adolescente até a obtenção de políticas sociais direcionadas ao seu melhor desenvolvimento como ser de direitos sociais.

O segundo capítulo avalia a relação do Serviço Social, destacando as dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa em sua atuação profissional, identificando os instrumentais utilizados pelos Assistentes Sociais em seus espaços ocupacionais.

Por fim, no terceiro capítulo é composta a análise dos dados coletados em meio ao “estudo de caso”, realizado através de uma entrevista com a Assistente Social do CRAS Francisca do Socorro em Milagres/CE. O depoimento foi transcrito e confrontado com o tema, tendo como embasamento os vários autores estudados.

Após o término dos três capítulos, são colocadas as considerações finais, estas contendo a análise acerca dos dados coletados, e há a percepção como se dá à atuação do Serviço Social com crianças e adolescentes inseridos nos programas e projetos que são desenvolvidos no CRAS.

Dessa forma podemos perceber que a relação profissional desenvolvida pelo assistente social para com os programas e projetos voltados às crianças e adolescentes são ineficientes para a promoção dos direitos fundamentais para sua estruturação político-social.

CAPÍTULO I – CRIANÇA E ADOLESCENTE E POLÍTICAS SOCIAIS

1.1 História da Criança e do Adolescente

O presente capítulo contextualiza a história da criança e do adolescente, trazendo o conceito, o desenvolvimento das políticas de proteção a esse segmento e sinalizando o debate na contemporaneidade.

As várias expressões da violação dos direitos da criança e do adolescente vieram atreladas a conceitos culturais antigos, em que as crianças pobres eram tratadas como adultos. Dessa forma, as mesmas eram submetidas a trabalhos destinados aos adultos, contribuindo para o sustento de suas famílias.

Muitos direitos as crianças e adolescentes tiveram violados até que fosse entendido que estes mesmos sujeitos seriam o futuro da nação.

Rizzine (2004, p.18) vem dizer que,

“A consciência de que na infância estava o futuro da nação tornava necessário criar mecanismos que protegessem a criança dos perigos que pudesse desviá-las do caminho do trabalho e da ordem. Assim como era preciso defender a sociedade daqueles que entregavam a viciosidade e ameaçavam a paz social.”

Esse contexto se articula ao aparecimento as várias expressões da “Questão Social”. Esta surge na Europa atrelada as relações conflituosas entre capital e trabalho, a pauperização da classe trabalhadora cria condições para a organização da consciência de classe por meio de lutas e reivindicações. Essas reivindicações se expressavam pelas lutas dos operários por melhores condições de trabalho e direitos.

Esse cenário foi alastrando-se mundialmente, gerando maiores indignações por uma melhor condição. O acirramento das tensões entre as classes sociais tomavam proporções cada vez maiores, onde o operariado buscava pela melhoria das condições de vida e labor, pois a situação que estavam submetidos era lastimável, lembrando que as crianças e os adolescentes também compunham essa massa trabalhadora.

Como as crianças, até pela dimensão da corporalidade, eram tidas como mais vulneráveis, as expressões da “questão social” rebatem com mais força em

suas vidas produtiva e reprodutiva. Assim, as condições de subsistência eram miseráveis e muitas vezes as crianças se tornavam onerosas para suas famílias cuidarem, então, as que tinham mais “sorte” eram criadas por outras famílias, as demais seriam abandonadas em orfanatos e em instituições, por conta de seus genitores não terem condições financeiras para sua subsistência.

Bulla (2003, p. 1) afirma que,

Quando se coloca em discussão a denominada questão social, dois elementos surgem em destaque: o trabalho e o capital. A resposta a ser dada ao conflito, entre esses dois pólos, vai depender da maior ou menor importância que se atribui a um ou outro desses elementos. Para entender melhor essa problemática, considera-se, de início, o trabalho humano, destacando as relações sociais que se desenvolvem no sistema produtivo.

Deve-se levar em consideração que até meados do século XIX a criança era percebida como um adulto em miniatura e sendo assim não existia noção de direito da criança e nem de proteção a este segmento.

Na particularidade brasileira e considerando o processo de formação sócio econômica, pressupõe-se a forma de colonização dos nativos, o escravagismo e a cultura de plantation.

Com todas essas questões, reivindicações e manifestações foram enviados jesuítas, pois todas essas questões eram vistas como a falta de Deus na vida das pessoas, querendo estes, modificarem os costumes dos que ali habitavam crianças pobres e miseráveis sendo afastadas para que elas não fossem conhecedoras de sua cultura, mas dos costumes dos que ali comandavam e aceitasse aquela situação (não somente elas como também suas famílias) sendo que essas crianças eram obrigadas a ser catequizada pela Igreja, esta era a forma que os mais poderosos colocavam para que melhorasse o aceitamento daquelas situações.

A “questão social” era entendida como uma disfunção dos sujeitos de caráter moral, e que isso acontecia pela falta de uma orientação cristã, acreditando que se as pessoas fossem catequizadas esses desajustes seriam corrigidos e a ordem voltaria a sociedade do Capital.

Segundo Ariés (1981, p. 50),

O tema é a cena do evangelho em que Jesus pede que se deixe vir a mim as criancinhas, (...) as miniaturas que se agruparam em torno de Jesus oito verdadeiros homens, sem nenhuma das características da infância, foram reproduzidos em uma escala menor. Apenas seu tamanho distingue dos adultos.

Na luta por melhores condições de vida, as crianças vinham a ser tratadas como adultos, concedendo a estas as mesmas obrigações e responsabilidades, e que a única coisa que as diferenciavam dos adultos seria apenas sua estatura física, pois nem sempre “ser criança” foi sinônimo de fragilidade.

Ariés (1981, p. 50) vem trazer que,

No século XVII, entretanto, a criança, ou ao menos a criança de boa família quer fosse nobre ou burguesa, não era mais vertida como os adultos. Ela agora tinha um traje reservado à sua idade que a distinguiu dos adultos. Esse fato essencial aparece logo ao primeiro olhar lançado às numerosas representações de crianças do início do século XVII.

No Brasil o conceito de proteção e sentimentos em relação à criança não existia, pois estas eram consideradas “animais”, em que sua força de trabalho seria aproveitada até onde durassem suas vidas, esta infância muitas vezes não chegavam nem à adolescência.

Em nosso país a primeira forma de expressão de direito da criança e do adolescente foi vista, através de atividades desenvolvidas no cerne da Igreja Católica, mas sempre colocando em suas falas que aquela situação na qual se encontravam seria através da vontade de Deus e para que aquilo fosse modificado haveria de cada um aceitar o que era proporcionado na vida, mesmo passando pelas mais absurdas situações, sendo estas de maus-tratos, exploração física e muitas vezes sexual, gerando transtornos psicológicos e atrapalhando seu desenvolvimento físico.

Em meados do século XVII acontecia uma gradual modificação nas vidas das pessoas, estas estavam cada vez mais em situação miserável. Muitas crianças vinham sendo abandonadas em Igrejas, orfanatos e nos centros das cidades, e para que houvesse o enfrentamento dessas situações foi criada a “Roda dos Expostos” levando a acreditar que haveria uma melhor proteção para essas crianças sendo que essa estratégia se alastrou em diversas cidades do Brasil.

Segundo Cruz (2006, p.33),

“A Roda dos Expostos foi à primeira instituição oficial de assistência à criança abandonada no Brasil. Por muito tempo foi a única, além de ser uma das instituições brasileiras de maior duração, pois foi criada na Colônia, passou pelo período Imperial, manteve-se na República e só foi extinta na década de 1950. Importante salientar que a Roda dos Expostos tinha a intenção de manter o sigilo/segredo do expositor, vivendo à margem da sociedade. Os religiosos, os leprosos, os doentes, os peregrinos e os bebês abandonados viviam em um mundo à parte, marginal. [...] Podemos entender como uma forma de manter em segredo as origens da criança, bem como de seu destino. Vemos, então, que algumas destas características se mantêm nos dias atuais.”

A roda dos expostos era um tipo de roda em que se colocavam os bebês abandonados, as rodas ficavam na frente de alguma instituição. Eram separadas ao meio por uma divisória. No Brasil até mesmo os bebês de pais ricos eram abandonados, pois já havia um primogênito na família para receber a herança e perpetuar o nome da família. Depois de algum tempo a essa prática foi extinta no Brasil, pois os médicos higienistas encontravam-se horrorizados com o altíssimo grau de mortalidade infantil por conta da situação em que essas crianças eram abandonadas causando prejuízos inestimáveis aquelas crianças (quando essas sobreviviam).

Assim, o Brasil marcado pela divisão de classe, há a construção de um governo centralizado onde a primeira Constituição brasileira não colocava uma relação especial com relação à criança, assim ainda caracterizando o papel que a criança exercia em meio à sociedade, de sujeito sem limitações e sem respeito.

Todavia após algum tempo as crianças ainda circulavam nas cidades por busca de comida, abrigo e se encontravam em situação de miséria. Vendo isto em 1927 é criado o Código de Menores, inserindo o Direito do Menor no ordenamento jurídico brasileiro. Este era regido pela moralidade, visando à resolução da “delinquência”. Este Código veio para institucionalizar o poder do Estado colocando-o a par de que as famílias eram dependentes de proteção para que tivessem condições de se desenvolverem.

Como se pode identificar,

O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às

medidas de assistência e proteção contidas neste (CÓDIGO DE MENORES - DECRETO N. 17.943 A – DE 12 DE OUTUBRO DE 1927).

Na década de 1950 o Estado intervém através da criação de escolas para surdos e para aprendizes de marinho, sendo pioneira a cidade do Rio de Janeiro havendo assim a criação de outros núcleos de integração das crianças e dos adolescentes.

Rizzini(1997, p. 41)aponta que,

“As primeiras instituições para educação de órfãos e órfãs datam do século XVIII e foram instaladas em várias cidades brasileiras por religiosos (irmandades, ordens e iniciativas pessoais do clero). O regime de funcionamento das instituições seguia o modelo do claustro e da vida religiosa.”

Em meados do século XX tivemos mudanças econômicas e políticas, devido aos caminhos da ao binômio industrialização/urbanização que maturou o capital no Brasil e requisitou mais força de trabalho para o aumento da produção. Isso geraria inúmeras crianças e adolescentes abandonados, pois seriam eles também sujeitos privados de direitos em situação de abandono. A pobreza era fato assim como a falta dos suprimentos necessários para o seu desenvolvimento físico, psíquico e social.

Nas grandes cidades, o que vinha a ser um dos problemas principais para que não houvesse seu desenvolvimento, era a industrialização que gerava cada vez mais miséria, epidemias e a grande pobreza, sendo assim foi vendo-se essas novas politizações, as mesmas, alarmaram para que nossa sociedade desse o melhor olhar para as crianças que eram submetidas a essa situação miserável e desumana.

Segundo Rizzini (2004, p.14),

No Brasil, a prática de encaminhar crianças e adolescentes pobres para os chamados “internatos de menores” ganha força a partir do final do século XIX. A fácil retirada da criança de sua família para estas instituições criou uma verdadeira cultura da institucionalização. Isso porque, a despeito do discurso sobre a internação de crianças e adolescentes como um último recurso, a prática permaneceu recorrente até o final do século XX.

As crianças passaram a ser vistas como problemas para que o Estado os resolucionasse, porém não tinham os direitos que eram necessários para sua proteção.

O pesquisador Áries (1981, p. 35) vem dizer que a criança na década de 60 era tratada como um adulto em miniatura, pois por muito tempo não se viu a criança como ser em desenvolvimento. Pode-se perceber que ela era um dos contribuintes financeiros dentro de suas casas assim, ter criança dentro de casa significava mão-de-obra barata e facilitada.

1.2 Políticas de Cuidado a Infância e Adolescência

Historicamente as crianças e adolescentes foram situadas em uma densa vulnerabilidade social, inclusive por aqueles que deveriam protegê-los tais como o Estado e a família. Com o desenvolvimento da atividade industrial e novas formas a expansão da classe operária, as desigualdades sociais ganharam visibilidade e passaram a exigir maior atenção do Estado.

Rizzini (2004, p. 15) coloca que,

“O atendimento de crianças em instituições deve ser visto como parte de uma gama de serviços que pode ser oferecida a crianças e adolescentes em circunstâncias especiais. Ele não pode ser um fim em si, mas um recurso a ser utilizado quando necessário. Esta é a recomendação afinada com os princípios estabelecidos pela Convenção das Nações Unidas pelos Direitos da Criança e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.”

Na situação em que as crianças e os adolescentes encontravam-se de miséria, fome, solidão e abandono, veio a ser de caráter decisório a criação de políticas sociais voltadas para estes, ou seja, gerar mudanças notórias para a melhoria de vida. Assim, as obras da Igreja foram ganhando expansão gerando novas formas de intervenções na vida das crianças e adolescentes do nosso país.

Outrora, categoria de crianças e adolescentes exigia novas formas de proteção, visando, principalmente, seu bem-estar e desenvolvimento físico, psíquico e social, quando estes vinham a ser caracterizado como jovens infratores.

Segundo Francischini e Campos (2005, p.270),

Acredita-se que investigar o caráter educativo das medidas aplicadas ao adolescente infrator requer ter claro que o ato educativo, de maneira mais ou menos explícita para quem com ele lida, pressupõe um conceito, uma idéia, uma expectativa em relação ao perfil que assumirá o educando que deseja formar através de um processo qualquer; em relação à sociedade na qual esse processo formativo se dá e essa pessoa irá viver; e à forma como essa pessoa irá se relacionar com os demais nessa sociedade, muito em face de tal processo.

Há, porém, a criação de instituições com caráter prisional para menores de 21 anos, estes passam a ser tratados como pessoas em desenvolvimento, assim, teriam direito a uma penalização de acordo com sua idade e grau de periculosidade. Após três anos seriam regulamentada a forma de assistência e proteção de menores.

Ariés (1981) vem trazer que na sociedade ocidental cristã, principalmente na Europa, essa nova concepção de *criança* remonta ao apogeu do período moderno, pois foi a partir deste que o “sentimento” da infância passou a existir.

Através desta trajetória para que houvesse a criação de verdadeiras políticas protetivas à criança e ao adolescente cria - se o Serviço de Assistência ao Menor - SAM este visando à integração das instituições públicas e privadas. Esse sistema tinha como característica o caráter corretivo, cujo principal objetivo da assistência era auxiliar estas entidades através de orientação, no que diz respeito a menores desvalidos oferecendo serviços e estudando casos do abandono do menor delinquente e havia a publicação sobre os resultados das pesquisas.

Prevalecendo sempre o caráter assistencialista, não estudando a família ou as causas do problema que já vinham de uma má formação familiar e social, mas sim caracterizado pela repressão. Se passado anos o SAM passou a ser visto como uma forma de ameaça a criança pobre, pois o mesmo não era caracterizado como forma protetiva, mas sim repressiva, sendo extinto logo depois.

Através da extinção do SAM criou-se então a Fundação Nacional do Bem Estar Do Menor - FUNABEM, regido pela Lei nº 4.513, objetivada principalmente pela implementação da Política Nacional do Bem Estar do Menor - PNBEM sendo que a realização destas execuções fora especificadas através das Fundações Estaduais do Menor - FEBEM, tendo sua ordem gerada pela Secretaria de Justiça de Defesa da Cidadania todas essas fundações foram criadas em meio ao militarismo em que aumentou a criminalização dos menores pobres.

A FEBEM tinha por objetivo a formulação e implantação de programas de atendimento a jovens em situação irregular os prevenindo da marginalização e oferecendo a esses adolescentes oportunidades para que houvesse a promoção social. O que não se via era como esses “jovens marginais” eram tratados dentro dessas unidades. A sociedade preocupava-se somente em colocá-los lá, e não viam que havia nesses espaços ainda traços da ditadura e repressão e por muitas vezes os jovens eram inocentes dos crimes que eram acusados causando assim muito mais revolta. Entravam inocentes e saíam criminosos, ou seja, cabia de ter nesses espaços todo um acompanhamento psíquico e social, para que estes não entrassem e não continuassem a viver em meio ao crime

Quando foi visto a grande quantidade de crianças e adolescentes na marginalização compreendeu-se que a Política Nacional do Bem Estar do Menor - PNBEM não possuíam mais condições de lidar com as problemáticas relacionadas à criança e o adolescente. A FUNABEM então é desarticulada devido a sua ineficiência.

Em 1979 entra em vigor o Novo Código de Menores, prevendo ao Estado a assistência a criança e ao adolescente, trazendo consigo o conceito de “menor em situação irregular”, sendo que entravam nessa categoria os menores abandonados, autores de atos infracionais e todos que apresentassem alguma forma de perigo à sociedade. Nesse momento a família seria a única responsável pela situação dos jovens, e o Estado interferiria quando essas crianças e adolescentes já se encontravam em situação irregular e essa interferência se dava a partir de forma disciplinar e repressiva.

Pelo que se pode ver o Brasil estava na ditadura militar sendo um intenso período em que o povo não tinha voz e até mesmo as revoluções e reivindicações estavam sendo “caladas” em forma de violência.

Em meio a esse período os direitos individuais e coletivos foram sendo alienados, garantindo somente os direitos da ditadura estes sendo o da segurança nacional, restrição das garantias fundamentais, assim, foi crescendo a intenção de colocar ao Brasil uma nova Constituição essa seria a defensora dos valores democráticos. Assim após o fim da ditadura foi um anseio que se tornou realidade.

Em 1988 entrou em vigor a Constituição Federal, essa passa a dar maior efetividade aos direitos fundamentais, garantindo a efetivação dos direitos inclusive os das crianças e adolescentes em nosso país. A CF/88 foi a maior conquista do

povo brasileiro, pois esta garantia os direitos fundamentais para que a população passasse a viver dignamente.

A Constituição Federal de 1988 vem garantir a universalização da proteção das crianças e dos adolescentes através do art. 227, seus preceitos abrangem a todas estas propiciando assim a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº 8.069/90, este sendo a maior vitória para estas pessoas que ao longo das trajetórias políticas foram as mais desprovidas de direitos sociais.

Logo em seguida criou-se o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), Lei n. 8.242, de 12/10/91. Dessa forma,

Os anos 90 foram marcados pelo esforço de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). (...) A institucionalização do ECA avançou, já tomou conta de quase todo o país em termos de conselhos implementados. É preciso, no entanto, que funcionem adequadamente, que se lhes garantam condições efetivas. (SILVA E MOTTI *apud* RIZZINI, 2004, p. 48)

Pode-se observar que os direitos e os procedimentos instituídos pelo ECA, sendo estes o direito que a criança e o adolescente têm a saúde, educação, proteção, família e todos os que são necessários para o desenvolvimento social. Tendo sempre como pressuposto fundamental, o prevalectimento do bem estar da criança e do adolescente.

É importante falar que nesse período a ideologia neoliberal encontra-se presente no modo de como o estado intervém nas relações políticas, o que afeta diretamente as Políticas Sociais, inclusive o desenvolvimento das políticas de proteção a criança e ao adolescente.

Pois, se o Estado se retrai de suas obrigações, as condições das instituições do aparelho estatal ficam sucateadas, e a conquista dos direitos da criança e do adolescente esbarram na falta de uma estrutura do setor público em efetivar o acesso aos direitos sociais dessa categoria.

Assim a influência do neoliberalismo na garantia dos direitos da criança e do adolescente significa um retrocesso, pois ao mesmo tempo em que o Estatuto da Criança e do Adolescente garante a proteção e o acesso a proteção social em um sentido amplo, as instituições públicas responsáveis pela promoção desses direitos estão desprovidas de condições de proporcionar a cidadania a estes.

Francischini e Campos (2005, p.268) dizem que,

A euforia que acompanhou a promulgação do ECA era justificada, visto que ele expressava a quebra de um padrão nas políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência brasileiras que tinha, no mínimo, um século de duração. Ao adotar a Doutrina da Proteção Integral, também chamada Doutrina das Nações Unidas Para a Proteção dos Direitos da Infância, o Estatuto rompeu com a tradição do “menor”, expressa no Código de Menores de 1927, e com a Doutrina da Situação Irregular, consubstanciada no Código de 1979 e na Política Nacional do Bem-Estar do Menor. Em sintonia com a concepção assumida pelo ECA, de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, redirecionaram-se as atribuições do Estado e o papel da família e da sociedade em relação a eles.

A criança e adolescente que já foram privados de todos os direitos fundamentais para seu desenvolvimento e melhoria de vida, e agora têm uma Lei que garante esses direitos, as entendendo como ser em desenvolvimento e que mesmo ao cometerem atos infracionais os seus direitos são respeitados e amparados. Cabe somente ao Estado a maior ampliação destes e divulgação.

CAPÍTULO II SERVIÇO SOCIAL E ATUAÇÃO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1 Serviço Social e a Teoria e Prática

Neste capítulo abordarei acerca da relação entre a teoria e a prática e seus rebatimentos para o Serviço Social. Esta relação tem sido bastante tematizada e analisada no interior da profissão.

O Serviço Social se constitui como uma profissão com o intuito de ajuda e conscientização da sociedade, ou seja, a “cuidadora” dos problemas sociais e assim, caracterizada pelas práticas assistencialistas. As damas de caridade, pioneiras do Serviço Social, tinham como função acabar com as “algazarras” comandadas pelos trabalhadores que lutavam por melhores condições de trabalho.

Segundo Yamamoto e Carvalho (1987, p.127),

A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada.

A Igreja Católica dizia que aquelas revoluções eram causadas pela falta de Deus na vida daquelas pessoas. Com traços da teoria neotomista o Serviço Social torna-se assim, uma profissão filantrópica e doutrinária.

Em meio à historicidade dessa profissão, ela vem a deparar-se com seu objeto de trabalho: a “Questão Social”. A Igreja via a mesma, como falta de moral, dos bons costumes e que estavam loucos, não reconheciam que essas pessoas estavam tão somente em uma luta constante por seus direitos.

Yamamoto e Carvalho (1987, p. 129) apontam que,

O operário contará para sobreviver apenas com a venda diária da força de trabalho, sua e de sua mulher e filhos. Não terá direito a férias, descanso semanal remunerado, licença para tratamento de saúde ou qualquer espécie de seguro regulado por lei. Dentro da fábrica estará sujeita a autoridade absoluta – muitas vezes paternalistas- de patrões e mestres.

Agregados a teoria positivista as Assistentes Sociais eram induzidas a amenizar as situações de discordância com relação aos direitos trabalhistas que eram reivindicados. Em meio ao regimento da profissão o positivismo vinha a ser um meio de centralizar o olhar, em que os profissionais de Serviço Social tratavam a sociedade de forma individualizada, gerando assim uma análise enviesada para com aquelas pessoas as quais seriam responsáveis por seus atos, assim não havendo o conhecimento de problemas sociais, mais sim, de problemas focalizados.

Segundo Yamamoto e Carvalho (1987, p. 131),

A luta reivindicatória estará concentrada na defesa do poder aquisitivo dos salários - num período de constantes surtos inflacionários- na duração da jornada normal do trabalho, na proibição do trabalho infantil e regulamentação do trabalho de mulheres e menores, no direito a férias, seguro contra acidente e doença, contrato coletivo de trabalho e reconhecimento de suas entidades (...)

Assim pode-se perceber que a profissão tinha que pensar através de uma ideologia crítica trabalhando a promoção dos direitos para que houvesse a resolução através da viabilização dos direitos sociais, então os Assistentes Sociais passaram a atuar de forma crítica estudando não só o sujeito que estava com determinado problema mais todo o contexto, tudo o que estava ao seu redor, esse momento na história do Serviço Social foi caracterizado como Movimento de Reconceituação.

Pensar o Serviço Social é inovar em idéias e conceitos, sendo que a teoria é a base para a realização da prática, colocados através de novas ideologias e pensamentos nos tornando conhecedores de novas demandas para a profissão.

Depois há um grande marco na profissão, é alavancado o processo de ruptura, sendo este a grande passagem do serviço social conservador para o serviço social crítico e embasado pela teoria marxista.

Com o passar do tempo e com um conhecimento mais avantajado de que os problemas sociais seriam amenizados com a criação de políticas sociais o Serviço Social vai ganhando criticidade e passa a idealizar seu verdadeiro objetivo profissional, ganhando espaço e visibilidade.

A teoria vem a ser aquela que é um conjunto de conhecimentos que são organizados e que dão uma explicação da realidade social que esta é apresentado atividade prática. A intervenção e atuação na realidade se dão através da prática, assim podemos perceber que uma “sustenta” a outra.

O Serviço Social era visto como uma profissão meramente tecnicista, onde os assistentes sociais eram interpretados como meros executores de atividades em seus espaços de trabalho, hoje podemos visualizar as nítidas modificações em meio ao Serviço Social. Cabe ao profissional a competência e capacidade de entender a realidade a qual o sujeito é submetido, assim a intervenção através de sua atuação se dá a partir do caráter crítico subsidiado pela relação do conhecimento com a mobilidade.

Através também dos vários espaços políticos que os Assistentes Sociais passam a prestarem serviço, uma nova identidade surge à profissão, esta ganha mais autonomia que junto a sua visão crítica e relacionando a teoria e a prática passa a progredir não só o seu espaço de atuação mais também a vida dos usuários que são atendidos nos espaços.

Assim ao longo da trajetória do Serviço Social brasileiro este, vem mostrando seu comprometimento com o projeto profissional visando sempre o interesse dos trabalhadores, focalizado em um Serviço Social renovado.

2.2 Serviço Social, a Assistência e a Proteção da Criança e Adolescente no CRAS

A profissão do Serviço Social vem ampliando seus espaços sócio – ocupacionais. A partir da sua inserção nestes espaços passam a serem impostos a situações as expressões da “questão social” são visivelmente ativas, sendo que estes passam a ser idealizadores formuladores e executores de projetos sociais, visando melhorias para os usuários.

Iamamoto e Carvalho (1987, p.342) mencionam que,

A análise dos espaços ocupacionais dos assistentes sociais - em sua expansão e metamorfoses – requer inscrevê-los na totalidade histórica considerando as formas assumidas pelo capital no processo de revitalização da acumulação no cenário mundial. Sob a hegemonia das finanças e na busca incessante da produção de super lucros, aquelas estratégias vêm incidindo radicalmente no universo do trabalho e dos direitos.

Um longo caminho foi percorrido até que chegássemos à assistência social. Sendo assim, os problemas sociais eram resolvidos através da caridade por damas católicas que prestavam assistência os que necessitavam, não era observado que aquelas situações de extrema pobreza eram ocasionadas a partir da não intervenção do Estado.

Percebemos que a origem das políticas sociais brasileiras tem sua caracterização em meio aos fatores políticos e econômicos do Estado, não se separando essencialmente do modo de produção capitalista, pois ainda viria a ter caráter constitutivo, gerando relações conflituosas e contraditórias, marcadas pelas desigualdades estruturais do modelo de produção adotado refletindo a forma de organização da sociedade.

Como já foi citado, as primeiras formas de políticas sociais no Brasil são marcadas pela caridade e praticadas através da Igreja Católica, essas eram concedidas através de trabalhos voluntários com aspectos clientelista. Assim diante do cenário da crise que marcou o final do século XIX e início do século XX, o Brasil que vinha a ser dependente e influenciado pela ideologia dos países desenvolvidos viu-se sob pressão para que adotasse um novo modelo de desenvolvimento, tendo com primazia ao setor econômico. Dessa forma sua economia estava estagnada pela desvalorização do café e sem mercado consumidor para suas produções.

Assim os operários se reconhecem como classe social e começam a reivindicarem por melhores condições de trabalho e qualidade de vida.

Contextualizamos a sociedade brasileira daquele momento (meados do século XX), a partir das relações contraditórias, marcada pela dominação Estatal, esse até que chegasse ao reconhecimento de direitos civis, políticos e sociais teve uma longa trajetória e grandes obstáculos ligados as desigualdades sociais num processo de conformação da sociedade.

Com o desenvolvimento da atividade industrial e a expansão da classe operária, as desigualdades sociais ganharam visibilidade e passaram a exigir maior atenção do Estado. Surgiram, então, as políticas de bem-estar social que buscavam suprir as necessidades do trabalhador em áreas de saúde e educação.

No Brasil a partir Lei Eloy Chaves - Decreto 4.682 de 24/01/1923 – que foi criada as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP's) das empresas ferroviárias que construía as ferrovias no Brasil na época. Notificando que deveria ser instituído nas empresas garantindo-lhes proteção nos casos de saúde, acidentes de

trabalho, invalidez e envelhecimento. Essa Lei não contribuiu para a conquista e legitimação do direito universal, pois focalizou somente as categorias específicas de trabalhadores.

Inicia-se uma nova fase a partir da Revolução de 1930, período que reconhece os “direitos” dos trabalhadores, mais ainda continha o caráter paternalista e clientelista, assim a classe trabalhadora passa a responder através de reivindicações, só que esses movimentos foram reprimidos pelo Estado tendo como governante Getúlio Vargas. Tendo suas ações marcadas pelo autoritarismo, pela proporção de caráter regulador e assistencialista.

Getúlio Vargas assume o poder após a revolução de 1930. Em meio ao seu governo dá-se legitimação da “questão social” com a gênese da revolução industrial, nesse contexto os operários têm um maior poder de organização com o profundo desejo de se penetrarem no cenário político do Estado.

Assim, em 1937 Getúlio Vargas decreta o período de ditadura, este seria o Estado Novo. Sendo que nesse mesmo ano foi promulgada a Constituição Federal do Brasil, esta respeitava a responsabilidade e reconhecimento dos trabalhadores pelo Estado. Em 1947 teve a promulgação de outra constituição, porém não havia ainda os direitos sociais regulamentados seriam apenas uma “cidadania regulamentada”

Sendo que com a dura intervenção estatal os trabalhadores não conseguem organizar mais nenhuma manifestação pública.

Em 1942 cria-se a Legião Brasileira de Assistência –LBA, esta foi criada com o intuito de assistência para as famílias dos convocados para a Segunda Guerra Mundial que era coordenada pela primeira-dama Sra. Darci Vargas, denotando características de favor e clientelismo.

(...) a LBA vai se configurando como instituição articuladora da assistência social no Brasil, com uma forte rede de instituições privadas conveniadas, mas sem perder essa marca assistencialista, fortemente seletiva e de primeiro damismo, o que se começará a se alterar muito tempo depois com a Constituição Federal de 1988 (BEHRING, 2006, p.108)

Na década de 1950 foi um período marcante na história brasileira com o desenvolvimento econômico, mas a área social ainda é deixada de lado, pois o Estado ainda não coloca como prioridade a educação e a assistência social.

Durante o período de 1945 a 1960, ocorreu um grande marco histórico, a Constituição de 1946, esta tendo grande relevância, pois seria uma das mais democráticas de toda a história do país.

Através disso podemos perceber os resquícios da ditadura no Brasil no final de 1970 e durante toda a década de 80, passaram a surgir diferentes movimentos sociais que lutavam por novos valores e novas práticas democráticas.

Através de uma grande retração econômica, menor acúmulo do capital adentra na realidade brasileira em meados da década e 1980 a ideologia neoliberal. Esta retrai o poder do Estado, afetando assim, a assistência social do nosso país. Os serviços sociais passaram a serem prestados de forma focalizada e clientelista colocando à profissão de Serviço Social com enormes dificuldades na viabilização de direitos a população.

Porém com o fim do Estado Novo e a redemocratização do país, entra uma nova forma de políticas governamentais de cunho democrático e voltado para a viabilização dos direitos trabalhistas. Isso geraria um modelo populista mantido pelo Estado Liberal, este prioriza o trabalho de expansão da indústria. Este período é caracterizado como desenvolvimentismo, que seria levado a um acelerado processo de urbanização e industrialização.

Passou-se então a formar-se um grande “exército de reserva”, pois o neoliberalismo fortalecia o poder privado, gerando uma enorme taxa de desemprego e a assistência social era seletiva e não abrangente. Este provocou grandes impactos nas vidas dos trabalhadores.

Depois das grandes modificações na economia, passou-se a pensar em formas de recuperação através de uma redemocratização, esta no Brasil é concretizada através da Constituição Federal.

Podemos perceber que a história da Assistência Social Brasileira é construída através de uma trajetória da caridade, assim conseguindo-se observar o aprimoramento das políticas sociais. Segundo Mota (2008), os desafios postos na profissão na atual conjuntura, são as novas modalidades que configuram no “mundo do trabalho” acarretando mudanças e novas condições de trabalho, vindo das necessidades sociais alocadas pelo mercado de trabalho, pois a política da assistência vem ganhando um grande espaço na sociedade.

Yazbek (2009, p. 137) diz que,

No início do novo milênio, ao inserir o serviço social no âmbito das mudanças históricas que alteram as relações de trabalho na sociedade, buscando situá-los como trabalho especializado, dentro da divisão social e técnica do trabalho coletivo, sobretudo nos processos de trabalho que tem por alvo a produção e reprodução social da vida das classes subalternizadas em nossa sociedade, a preocupação é afirmar a profissão e as particularidades de sua invenção em face dos novos contornos da “questão social” e dos novos padrões de regularização com que se defrontam as políticas sociais na contemporaneidade.

Todavia em 1988 é aprovada a Constituição Federal (esta permanece até os dias atuais) trazendo uma concepção de Assistência Social, esta incluída na esfera da seguridade social. Trazendo a mesma é marcada pelas grandes pressões da questão social e da luta da população por melhores condições de vida e trabalho.

A Assistência Social é integrada na Constituição Federal de 1988 pelos anexos,

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portador de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

A assistência social como política pública é consolidada na IV Conferência Nacional de Assistência Social em dezembro de 2003, sendo que este foi um grande marco para a construção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, este teve sendo um dos principais requisitos da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, que é tida como Lei nº 8.742 de 1993, esta garantindo a efetivação da Assistência Social como política pública.

Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS vem assegurar aos cidadãos a assistência como direito da cidadania quando a Política Nacional de Assistência Social - PNAS é aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, provê a efetivação dos direitos sociais das famílias que residem em áreas de vulnerabilidade social, esta dando a proteção desses indivíduos na promoção e prevenção através de ações mobilizadoras.

A partir da PNAS é garantido que a assistência social é dever do Estado e direito do cidadão. Esta promove serviços, programas, projetos, e benefícios de proteção social básica e especial para as famílias, indivíduos e grupos que deles passem a necessitar.

(...) a presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado (PNAS/2004).

Vale salientar que os Assistentes Sociais foram os pioneiros na luta em defesa da Assistência Social como Direito e como Lei. Entendendo que esta luta não ocorreu de forma isolada, pois sempre tiveram a contribuição da classe trabalhadora.

Através dessas modificações uma das formas de se chegar as áreas com maior grau de vulnerabilidade social para a implantação de políticas publicas são implantados os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Este oferta os serviços de proteção social básica atuando em meio aos serviços socioassistenciais focalizado nas famílias e na proteção dos vínculos familiares e sociais.

O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sóciofamiliar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do

programa de atenção integral a família. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto dicção funções básicas das famílias:prover a proteção e a socialização dos seus membros;constituir-se com referência morais,de vínculos afetivos e sociais;e identidade grupal além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sócias e com estado (PNAS/2004. NOB/SUAS/MDS, 2005, p.35).

O CRAS é uma unidade descentralizada, estatal que realiza ações com famílias focalizando questões que dizem respeito a primeira infância, adolescência, a juventude, o envelhecimento e deficiências tem como objetivo a integração da sociedade e a troca de experiências entre a população que constituem este espaço.

Dentro do CRAS há o funcionamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, este tem como função a não ruptura dos vínculos familiares. O PAIF também se utiliza de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos assim gerando novas vivências as famílias que participam das atividades desenvolvidas no CRAS.

As famílias que fazem parte do CRAS são aqueles que se encontram em vulnerabilidade social. Existem dentro desse espaço atividades focalizadas em cada membro que compõe a família. Inclusive a criança e o adolescente.

No CRAS são trabalhados os serviços de convivência e fortalecimentos dos vínculos, estes são realizados em grupos organizando-se na intenção da ampliação de culturas e vivências. Dentre os serviços oferecidos para a criança focaliza o desenvolvimento das atividades com crianças de até seis anos, a convivência na brinquedoteca trabalhando a prevenção da ocorrência de situação de exclusão social e de risco especificando a violência doméstica e trabalho infantil.

Para os adolescentes de doze a dezoito anos é focalizado o fortalecimento dos laços familiares vê-se a contribuição na reinserção desses adolescentes na vida escolar dentro desses objetivos encontra-se o Programa Nacional de Inclusão de Jovens- PROJOVEM adolescente.

O PROJOVEM tem como finalidade primeira proporcionar formação integral aos jovens, por meio de uma efetiva associação entre:

- Formação Básica, para elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental;
- Qualificação Profissional, com certificação de formação inicial;
- Participação Cidadã, com a promoção de experiência de atuação social na comunidade.

Nessa perspectiva, o Programa tem como finalidades específicas:

- a re-inserção dos jovens no processo de escolarização;
- a identificação de oportunidades potenciais de trabalho e a capacitação dos jovens para o mundo do trabalho;
- a participação dos jovens em ações coletivas de interesse público;
- a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação;
- a ampliação do acesso dos jovens à cultura (MDS/2008).

Os programas dentro do CRAS que são oferecidos aos jovens de 15 á 17 anos são estimulados através de atividades que visam o desenvolvimento e a convivência social a participação cidadã e sua formação do mundo para o mercado do trabalho, estes vem a serem demonstrados através de oficinas, encontros sobre saúde básica (higiene bucal, prevenção sexual e DSTS).

Como pode se vê o CRAS tem como sua principal função à proteção social básica esta visando ao não rompimento dos vínculos familiares, que pode se focalizar a criança e adolescente como sujeitos de direitos que esses mesmos direitos passam a ser viabilizados por essa unidade e é perceptível a melhoria de vida desses usuários tanto social quanto familiar.

O trabalho social com famílias, assim, apreende as origens, significados atribuídos e as possibilidades de enfrentamento das situações de vulnerabilidade vivenciadas por toda a família, contribuindo para sua proteção de forma integral, materializando a matricialidade sociofamiliar no âmbito do SUAS (TIPIFICAÇÃO, 2009 p.7).

Em meio a sua atuação muitas vezes esta é enviesada através das limitações em seus espaços de trabalho (espaço físico, material) torna-se um profissional executor de projetos sociais de interesse municipal.

Baseando-se no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome(MDS) o profissional passa a ter sua atuação dependente das condições das instituições para que o mesmo possa trabalhar com as famílias inseridas nesta, que deve dar condições não só materiais, mais de espaço físico para que o profissional desenvolva o atendimento adequado para cada situação que venha a ser encontrada.

2.3 Instrumentais

Os instrumentos utilizados pelo serviço social dentro do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) são aqueles os quais se vê a necessidade para que seja realizado seu trabalho fazendo a ligação entre teoria e prática ao qual a teoria. Essa relação é referenciada por Santos (2011, p.85),

“A teoria é aquela que revela as mediações que constituem a prática, é mostra que a prática é um processo histórico determinado pela ação dos homens, é referencia a prática e, dentro dela, os instrumentos e técnicas. O que cabe à teoria, nesse sentido, é oferecer subsídios na utilização desses instrumentos”

O Serviço Social em seus âmbitos de atuação profissional vem a fazer uso de instrumentos que serão utilizados ao longo de seus diversos espaços ocupacionais, são chamados assim, pois os Assistentes Sociais fazem o uso para que haja o melhor com a pessoa atendida e facilita na viabilização dos direitos sociais, gerando o melhoramento de suas percepções e decisões acerca de medidas beneficiários aos usuários. Dentre esses instrumentos faça-se destaque aos mais usados neste campo de atuação, para uma breve abordagem.

Guerra (1995, p. 13) traz que,

“De um lado tem-se a utilização de procedimentos homogêneos aplicados a objetos de natureza distinta, cujo substrato localiza-se no princípio capitalista da homogeneização do trabalho humano; de outro a cisão da ciência, que agora se coloca como ciência pura (ou fundamental) e aplicada, pautada na divisão do trabalho intelectual e manual.”

Dentre os instrumentos do Serviço Social em meio ao seu campo profissional levemos em consideração os utilizados no CRAS estes são: o relatório social, ficha de acompanhamento, o Estudo Social e a visita domiciliar sendo que este é um processo metodológico específico do Serviço Social, ou seja, é o instrumento de trabalho do Assistente Social, que tem como objetivo conhecer com clareza e de forma crítica uma determinada situação ou expressão da “questão social”, para que tenha uma intervenção profissional especialmente nos seus aspectos sócio-econômicos e culturais.

“O processo de trabalho é compreendido como um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. Os homens utilizam ou transformam os meios e as condições sob as quais o trabalho se realiza modificando-os, adaptando-os e utilizando-os em seu próprio benefício, para o alcance de suas finalidades” (GUERRA, 1995, p. 14).

Esses instrumentos são utilizados para garantia e ampliação dos direitos dos sujeitos usuários dos Serviços Sociais focalizando a proteção social básica. Os sujeitos atendidos pelo CRAS se configuram como sendo aqueles que estão envolvidos em situação de vulnerabilidade e risco social.

“A ponderação que a ideologia burguesa exerce sobre as concepções teóricas e formas de pensar o/no Serviço Social encontra na divisão entre trabalho manual e intelectual seu substrato. Porém amplia-se a partir de modo específico pelo qual se dá a inserção do assistente social na divisão social e técnica do trabalho.” (GUERRA, 1995, p. 12)

Levemos em consideração o relatório social que é aquele no qual contém as informações recolhidas através de entrevistas essas viabilizadas pelas visitas domiciliares e no espaço físico dos CRAS. Este vem a ser um instrumento utilizado pelo Serviço Social para que confronte a realidade do usuário em meio a sua condição de vida e social.

Através das visitas domiciliares se consegue o maior envolvimento do usuário, pois este sente confiança para falar suas condições de vida, limitações e expectativas através dos serviços fornecidos pelo CRAS. Muitas das vezes essas visitas servem também para que o usuário conheça os serviços oferecidos no CRAS e qual o foco desses.

Santos (2011, p.86) ainda coloca que,

“A análise de tendências sociais realizadas a partir da teoria possibilita a antecipação de demandas que vão além das colocadas, no momento pelo mercado de trabalho, ou seja, a teoria permite analisar, considerar e transcender as demandas advindas do mercado, o que exige um profissional qualificado que responda a essas demandas, mas que também vá além do mercado.”

Assim, torna-se possível um aprofundamento e um maior conhecimento do Profissional acerca de “como fazer”, levando a algo mais concreto e ao mesmo tempo detalhista.

Souza (2010, p.120) traz que,

Torna-se mister situar essa questão, pois ela revela um dado que é crucial para o debate sobre a instrumentalidade: o Serviço Social surge na história como uma profissão fundamentalmente interventiva, isto é, que visa produzir mudanças no cotidiano da vida social das populações atendidas – os usuários do Serviço Social. Assim, a dimensão prática (técnico-operativa) tende a ser objeto privilegiado de estudos no âmbito da profissão.

Dentre os instrumentos utilizados pelo Serviço Social, Santos (2011, p. 91) traz que no caso do Serviço Social, é subestimar ou banalizar, é não perceber a complexidade dos instrumentos, tais como a entrevista, a reunião, a visita domiciliar na vida do usuário. Podemos perceber que a atuação profissional será amplamente usuária desses instrumentos.

Sendo assim o profissional ainda tem outros tipos de instrumentais, ao qualstarão contidas informações minuciosas e claras acerca dos usuários, vale ressaltar sempre que todos esses dados são extremamente sigilosos.

Todos esses procedimentos de estudo se dão a partir do conhecimento da realidade do sujeito estudado, através da visita domiciliar, como também através da visita institucional, onde estas cabem especificamente ao assistente social alocado em qualquer que seja a instituição.

Com tais instrumentos é possível ao profissional constatar diversas características e peculiaridades de cada caso sobre o qual destina sua atuação, como também propor formas de intervenção, mesmo que não esteja mais a seu cargo tal intervenção, o profissional pode encaminhar para outros segmentos aos quais possam receber e atuar sobre a questão.

CAPÍTULO III ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

3.1 Metodologia: Caminhos Percorridos

A metodologia vem a ser o estudo dos caminhos e instrumentos utilizados para a obtenção da ciência, sendo que é de legitima importância no que diz respeito ao fazer o estudo dos fatos, tendo em vista que o conhecimento científico tem ajudado a humanidade contribuindo, assim, para a melhor qualidade de vida da sociedade.

Neste trabalho é tratado o objeto a partir da teoria crítica, que esta vem a ser a maneira mais adequada de investigação para esse estudo. A partir da análise se tem uma perspectiva da compreensão de que esta será um método de interpretação da realidade.

Cabe deixar em ascensão que o estudo será realizado a partir das informações fornecidas pela Assistente Social, caracteriza assim um “estudo de caso” que frisa as condições de trabalho da mesma no que diz respeito às crianças e adolescentes que participam dos programas e projetos no CRAS Francisca do Socorro em Milagres/ CE.

Para a realização da pesquisa foi realizada uma investigação bibliográfica e por meio de entrevista estruturada (perguntas abertas), direcionada a assistente social do CRAS Francisca do Socorro, os dados foram colhidos.

A pesquisa bibliográfica é um importante subsidio teórico que permite a apreensão acerca da história da infância e adolescência através da perspectiva da criação de políticas sociais para as mesmas.

E com a entrevista (através de um estudo de caso) é possível uma melhor percepção sobre o elemento estudado visando todos os aspectos pertinentes a pessoa investigada.

Segundo Lakatus e Marcone (2005, p.197),

“A entrevista é o encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determina do assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.”

Como se pode perceber os resultados obtidos através da análise descritiva de caráter investigatório possibilita para uma melhor compreensão do objeto de estudo.

Neste sentido trata-se de uma pesquisa qualitativa, a escolha por essa abordagem baseou-se na intenção de compreender a complexidade de um estudo que não se limita somente a dados estatísticos.

3.2 Atuação do Serviço Social em Programas e Projetos para a Criança e o Adolescente no CRAS Francisca do Socorro

Este estudo tem como objetivo analisar os processos de trabalho do Assistente Social em meio à atuação com crianças e adolescentes no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS/Françisca do Socorro, Milagres - CE. Contrapondo as condições físicas e materiais para que haja o melhor desenvolvimento do trabalho do profissional e o desenvolvimento das atividades.

O CRAS localizado no Bairro Francisca do Socorro em Milagres/CE, atende os bairros Francisca do Socorro, Eucaliptos; Frei Damião; e Casa Própria. A assistente social realiza reuniões com as gestantes, reuniões de convivência com os jovens, com as mães do programa Infância Saudável, ela atua de forma significativa em meio a essas atividades.

São fornecidas para as famílias cadastradas no CRAS oficinas focalizadas na adolescência, cursos, acompanhamento do Programa Bolsa Família, visitas domiciliares, escuta psicológica, Campanhas Temáticas, PROJOVEM, cadastros, palestras, reuniões, grupos de convivência.

Acerca das condições físicas do CRAS – Francisca do Socorro para a realização dos projetos sociais com as crianças e adolescentes inseridas neste espaço, segundo a Assistente Social que ali atua,

“As condições para a realização dos projetos são boas, acho somente que haveria de ter um melhor espaço físico tanto para a realização dos atendimentos individuais comigo, quanto no atendimento com a psicóloga, pois pelo que se pode ver dividimos o mesmo espaço”.

Há a percepção do compromisso profissional com relação aos programas desenvolvidos no espaço, mas estes ocorrem de forma fragmentada pois o que é colocado como atividade ainda funciona “devagar”. Contradizendo o Código de Ética profissional este coloca que a unidade de atuação do serviço Social tem que dar subsídios físicos e materiais para que este possa realizar suas atividades.

O ECA traz em seu Art. 86 que a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Cabe aqui a intervenção profissional do Serviço Social na execução dos projetos para que este tenha o melhor andamento sempre pensando na proteção da infância e adolescência. Mais se sabe que os órgãos gestores dos programas de proteção a criança e adolescente trabalham de forma camuflada, assim o recurso financeiro é mínimo e limita o andamento dos programas sociais.

No Brasil, a forma de desvio de verba na esfera governamental é mais fácil na educação e na assistência pois os cidadãos não entendem ainda a condição de DIREITO, mais sim a forma que os políticos são “pessoas boas que ajudam a população pobre”.

(...) a particularidade do Serviço Social como profissão de intervir nos processos e mecanismos ligados ao enfrentamento da *questão social*, em suas mais agudas manifestações, que se renovam e se atualizam diante das diferentes conjunturas sociopolíticas (RAICHELIS, 2009 p. 379).

A autora supracitado coloca que as expressões da questão social se renovam a cada dia a partir da desigualdade das classes sociais, sendo assim, tem que haver o comprometimento do profissional, para que esse viabilize direitos e se comprometa na execução dos programas e projetos desenvolvidos em seu espaço de atuação.

Indaguei-a sobre respeito das crianças e adolescentes que são atendidas nos Programas do CRAS.

Quinzenalmente são atendidas em média dez crianças que participam do programa Infância Saudável. Estas crianças são de baixa renda, que estão inseridas em situação de vulnerabilidade social e que freqüentam a escola e que possuem a vacinação em dias. Diariamente uma média de cinquenta e cinco adolescentes participam das atividades do PROJOVEM adolescente, estas atividades são desenvolvidas e acompanhadas pela equipe técnica do

CRAS. Esses adolescentes são jovens de baixa renda inseridos em situação de vulnerabilidade social e que frequentam a escola (Assistente Social).

Essas crianças e adolescentes na maioria das vezes vão somente pelo benefício de dezoito reais que é acrescido no Bolsa Família de suas famílias e também pela a alimentação. Seria necessário acrescentar às atividades do CRAS novas formas de articulação para que esses beneficiários se sentissem atraídos por essas atividades.

A equipe técnica do PAIF, em articulação com as demais instâncias da área social, no Município, incluindo o Conselho Municipal de Assistência Social e os demais Conselhos de Direitos das políticas setoriais, deverá considerar as principais demandas sociais da população e as diretrizes e prioridades definidas para a implementação da Política Municipal de Assistência Social (MDS, 2004)

Assim pode-se vê que essas crianças e adolescentes inseridas no CRAS possuem a mesma realidade social, estas colocadas a todos os tipos de violação de direitos, estes entre o seio de suas famílias como a exploração e o desrespeito. E com relação aos atendimentos individuais a mesma, colocou que a psicóloga e ela dividem uma pequena sala onde quando uma finaliza seu atendimento a outra entra.

Uma breve discussão acerca do Projeto Ético Político do Serviço Social cabe frisar que há a necessidade do aprimoramento das ações e orientações em meio a categoria, esta tem que comprometer-se.

(...) incide sobre a relação entre o pensamento e a ação, consciência e prática deve lembra que o Projeto Ético Político possui determinados elementos constitutivos e que eles foram o corpo da imagem a qual José Paulo Netto chamou de “auto-imagem da profissão” (BARATA; BRAZ, 2009 p.193).

Com relação ao espaço físico que se constitui como o maior problema enfrentado pela assistente social ela coloca-se que o que o prédio, alugado à Prefeitura, é bastante amplo, mas muito mal dividido, este é de primeiro andar funciona o PROJOVEM adolescente, em baixo funciona a recepção, a sala de vídeo a sala do Assistente Social juntamente com a psicóloga e a cozinha. Não há acessibilidade a pessoas com deficiência. Outra dificuldade enfrentada (pontuada por ela) é a falta de um carro disponível para a realização das visitas domiciliares.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos (PROJOVEM Adolescente) tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, o retorno dos adolescentes à escola e sua permanência no sistema de ensino. Isso é feito por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho.

O público-alvo constitui-se, em sua maioria, de jovens cujas famílias são beneficiárias do Bolsa Família, estendendo-se também aos jovens em situação de risco pessoal e social, encaminhados pelos serviços de Proteção Social Especial do Suas ou pelos órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (MSD, 2009)

Assim é nítida a contradição com o código de ética do assistente social, este coloca que é direito do assistente social dispor de condições de trabalho que facilitem seu trabalho seja em entidade pública ou privada de forma a garantir a qualidade do exercício profissional.

Logo após a questioneei em relações aos programas e projetos direcionados à criança e ao adolescente, colocando em evidência sua melhor condição de vida e como estes vem a ser desenvolvidos ela colocou que,

As crianças, aqui, atendidas participam do projeto Infância Saudável este visa a melhoria de vida da criança, esta de 03 a 06 anos que eu mesmo me encontro com eles em meio aos encontros para que ocorram as atividades. As atividades são de brinquedoteca, filmes educativos entre outros usando sempre o fortalecimento dos vínculos de amizade, solidariedade... Para os adolescentes onde participam jovens de 15 a 18 anos, onde funciona esporte a ilha digital (perto da prefeitura) outras exposições e educativas, oficinas com ascensão profissionais no mercado de trabalho. E todos têm lanche. (Assistente Social).

Acerca dos instrumentos utilizados por ela no âmbito de atuação profissional a mesma coloca que:

O maior acesso a realidade em que trabalho é através da visita domiciliar, pois muitas das pessoas não sabem os direitos que estas têm procurando o CRAS. Faço uso também de fichas de acompanhamento e rodas de conversas mensais com os jovens e inclusive com suas famílias. (Assistente Social)

Através desse diálogo com a Assistente Social do CRAS Francisca do Socorro em Milagres-Ce, pode-se vê que sua atuação diante esses projetos são de cunho de execução das ações, pois o suporte técnico, físico e material são

fornecidos de forma fragmentada, pois a cultura da sociedade brasileira ainda está muito distante de entender a verdadeira ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar uma análise acerca da atuação profissional frente ao desenvolvimento dos programas e projetos desenvolvidos para as crianças e adolescentes inseridas no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS percebe-se que ainda são grandes as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de Serviço Social.

Assim, foi observado em meio a pesquisa a história da infância e adolescência, a formação das políticas de proteção para estas, o traço histórico acerca da construção da Assistência Social brasileira e a atuação profissional do Serviço Social.

O objetivo principal desse estudo foi analisar como se dá a atuação do assistente social em meio à infância e adolescência inseridas no CRAS Francisca do Socorro em Milagres/ CE. Sabendo-se que a proteção social básica reconhece no CRAS possui características de viabilização dos direitos através da estruturação familiar e gerando programas que fortaleçam as ações sociais.

Todavia as ações realizadas no CRAS com foco na criança e adolescente estão articuladas vem com seu andamento de acordo com o que diz o PAIF, deveria de haver somente a maior ampliação do espaço para maior conforto dos usuários e mais atividades que desenvolvesse seu papel e meio a sociedade como sujeito de direitos.

Quanto à ação profissional esta se dá de acordo com o que lhe é demandado pois, o Estado, maior empregador dos Assistentes Sociais coloca-o sob sua vertente trazendo para esses espaços muitas vezes meros executores de ações estatais.

A atuação do serviço social em meio ao tema se dá de forma ética, em que há o comprometimento com o Código de Ética Profissional. Haveria de ter mais programas e projetos interventivos para crianças e adolescentes do CRAS, pois eles precisariam de trabalhar em coletividade para o aprimoramento pessoal e social.

Pode-se concluir que enquanto aos profissionais, sua atuação ainda se dá com traços de um serviço social assistencialista, pois o regimento das atividades desenvolvidas neste espaço é de acordo com a gestão vigente e essas dificuldades ocorrem do macro para o micro sendo que já é em esfera federal o acarretamento de alienação das atividades. Assim o CRAS configura-se em um novo espaço de

trabalho, mais em vestes antigas institucionais. Trabalhando na promoção dos direitos de forma enviesada e contraditória.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **Historia Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivonete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Editora Cortez, 2006. (Biblioteca Básica do Serviço Social, v.2.)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL PNAS**. Brasília: DF 2004. Disponível em: WWW.desenvolvimentosocial.gov.br. Acesso em: 20/05/2012

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (1993)**, nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993; publicado no DOU. Brasília: Senado Federal, 08 de dezembro de 1993.

_____. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva.

_____. (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília.

_____. **Orientações Técnicas: Centro de Referência da Assistência Social – CRAS**. Brasília, 2009.

_____. **PNAS – Política Nacional de Assistência Social/2004 Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. S/E. Brasília, 2005.

_____. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília 2009.

CFESS. **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. (vol. 1)

FRANCISCHINI. Rosângela; CAMPOS. Herculano Ricardo. **Adolescente em conflito com a lei e medidas socioeducativas: Limites e (im)possibilidades**. Revista Psico, UFRN, 2005.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 3. ed., São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 23. ed. São Paulo Editora. 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MANAYO, Cecília de Sousa (org.), et al. **Pesquisa Social: Teoria, métodos e criatividade**. 23. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1994.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irmã. **A institucionalização de crianças no Brasil Percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido – Razões Históricas das políticas Públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 1997.

SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Crianças e adolescentes**. São Paulo: Cortez, n.83, 2005.

SANTOS. Cláudia Mônica. **Na Prática a Teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e técnicas do Serviço Social**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

SIMÕES. Carlos. **Curso de direito do Serviço Social**. 3 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez 2009. – (Biblioteca básica do Serviço Social; v.3)

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: Resgate teórico-metodológico do profissional de ruptura**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

WWW.MDS.GOV.BR. Acessado em: 13/05/2012.

APÊNDICE